



FOTOS LEONARDO MORAES

TIM FILHO

SUCURSAL LESTE

BERTÓPOLIS - A homologação da demarcação administrativa das terras dos índios Maxacali, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 2, agradou a Funai, aos índios, aos organismos indigenistas que reivindicavam a demarcação. No entanto, ateou fogo na discussão sobre a questão fundiária que envolve a tribo e os fazendeiros que possuem propriedades dentro da reserva. O decreto presidencial garante à nação posse definitiva de uma reserva com 5.305 hectares, em Bertópolis, no Vale do Mucuri.

MAXACALI

A terra está no papel

Dentro da reserva, os fazendeiros ocupam 2.800 hectares onde são desenvolvidas atividades agropecuárias. Com a homologação da demarcação, os fazendeiros terão que desocupar a área, após indenização pelas benfeitorias nas terras. Eles prometem recorrer à Justiça contra o decreto presidencial, afirmando que são os legítimos donos das terras que ocupam.

O processo de levantamento fundiário da reserva Maxacali foi iniciado em 1988 pela Funai, com o apoio do Incra. À época, os fazendeiros contestaram os levantamentos e as demarcações feitas após o processo. A reclamação judicial foi julgada improcedente pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, que considerou legítimos os procedimentos técnicos da Funai.

A ação contra a demarcação foi impetrada por Manoel dos Santos Pinheiro e demais fazendeiros na área dos Maxacali. Entre eles está

Laurindo Sena que se diz cansado de injustiças. "Esse decreto é mais um injustiça que fazem com a gente", desabafou. Todos os fazendeiros com propriedades dentro da reserva da nação possuem seus títulos de propriedade, inclusive o registro Terrais, expedido pelo Ruralminas, em 1975.

Títulos

Laurindo Soares lança mão desse documento para afirmar que é invasor das terras e que, por isso, não pode ser expulso de suas terras. "O fato de os fazendeiros terem estes títulos de propriedade não significa que eles são os legítimos donos de suas fazendas", explica Wilton Madson Andrade, administrador regional da Funai, em Governador Valadares. Andrade diz que a área dos Maxacali é uma área indígena em memorial, ou seja, historicamente pertencente aos índios.

Andrade afirma que a demarcação homologada pelo presidente

é um regularização fundiária, feita de acordo com procedimentos legais incontestáveis. Esta homologação anula os títulos de propriedade dos fazendeiros, de acordo com o artigo 231, parágrafo 6º da Constituição, que Andrade faz questão de destacar. "A nulidade ou a extinção não geram direito de indenização ou mesmo direito de ação contra a União, salvo quando as benfeitorias derivadas da ocupação são de boa fé", explica.

A revolta dos fazendeiros é impropriedade na opinião do diretor de assuntos fundiários da Funai, Aureo Aratijo Faleiros. Para ele, os fazendeiros terão que desocupar a reserva, mas não será de uma hora para outra. Faleiros diz também que todos serão indenizados pelas benfeitorias construídas de boa fé como currais, casas, plantações e outras. Explicou ainda que os fazendeiros serão reassentados em outra área e esclareceu que as indenizações não se estendem às terras ocupadas porque elas pertencem à União.



CRIANÇAS MAXACALI estão sendo alfabetizadas por professores índios

Fazendeiros se armam para disputa

A incompreensão da cultura Maxacali e seus valores é o fator determinante do preconceito dos não índios das cidades próximas da reserva, que se referem de forma pejorativa aos índios e se colocam do lado dos fazendeiros na disputa pelas fatias do seu território.

O fazendeiro Laurindo Sena afirma: "Esses índios vivem criando confusão com a gente. Tenho várias cópias de ocorrências policiais provando que eles roubam vaca e galinha nas nossas fazendas", afirma. Outro vizinho incomodado com a presença dos índios é Antônio de Jesus, o "Abana Fogo", que na semana passada quase mandou bala em um grupo de índios. "Abana Fogo" estava vigiando o gado perto da divisa da fazenda onde trabalha, com a aldeia do Pradinho.

"De repente os índios apareceram e tentaram me expulsar. Um deles levantou um pedaço de pau na direção da minha cabeça e por pouco eu não 'queimei' ele", disse o caseiro revoltado. "Abana Fogo" e sua mulher Liosina Ferreira da Silva trabalham para Monel Santos Pinheiro, o "major Pinheiro", dono da fazenda localizada na entrada da aldeia do Pradinho. Pinheiro, major da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, foi o primeiro administrador da Judância Minas-Bahia, órgão administrativo da Funai criado em 1968. Procurado pelo ESTADO DE MINAS, ele não quis falar sobre a saída dos fazendeiros do território indígena Maxacali. "Isso é assunto para a Justiça", disse apenas.



"ABANA FOGO" ameaça defender gado e terras à bala

Solo é sagrado para nação

As alegações de que as terras dos índios são improdutivas e que eles colaboram para a destruição do solo que ocupam são improcedentes, conforme afirmação de Wilton Andrade. O administrador regional da Funai diz que o índio usa a terra de acordo com a sua cultura. "Os Maxacali não querem a terra para obter riqueza. O território indígena é sagrado. É lá que eles caçam, pescam, constroem suas palhoças e fazem seus rituais", explicou. Andrade afirma que a incompreensão dos valores culturais dos Maxacali pelos não índios provoca o preconceito.

Sobre as peregrinações dos Maxacali pelos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, Andrade diz que uma das características deste povo

indígena são os constantes deslocamentos de um lugar para outro. Os Maxacali saem de suas aldeias para vender ou trocar artesanato por roupas. "Eles também têm o direito de ir e vir", comenta Andrade.

As andanças dos Maxacali pela região colocam esses andarilhos como protagonistas de histórias interessantes. Andrade conta que é comum os índios caminharem quase 500 quilômetros e chegarem a Valadares, no escritório da Funai, querendo ir ao aeroporto ver os aviões. "Só vai se tomar banho." A advertência de Andrade é atendida e os índios vão para o aeroporto, observam com atenção os aviões subindo e descendo e depois vão embora.

Cultura e língua são preservadas

A reserva Maxacali é resultado da unificação de duas aldeias - Água Boa e Pradinho, em Santa Helena de Minas, distrito de Bertópolis recém emancipado que será elevado à categoria de município em primeiro de janeiro de 1997. Em cada aldeia há um posto da Funai, com alojamento para os funcionários do órgão, posto de saúde e escola. Quase mil índios vivem na reserva e conservam a cultura de seus ancestrais de forma surpreendente. "É o grupo indígena que mais resiste à cultura dos não índios", diz Wilton Andrade, da Funai. Apesar dos Maxacali gostarem da comida e das roupas dos não índios, e de manter contato permanente com os moradores das cidades próximas da reserva, eles são fiéis à sua cultura, tanto que só falam maxacali.

A preservação da cultura Maxacali dentro das aldeias também está sendo levada a sério pela Funai. Através de uma parceria entre Funai, Secretaria de Estado da Educação, Instituto Estadual de Florestas e Universidade Federal de Minas Gerais uma reforma curricular na escola das aldeias está sendo implementada. Andrade diz que a comunidade indígena Maxacali optou por ter professores índios que vão alfabetizar as crianças na língua Maxacali, ministrar aulas sobre a sua cultura e de matemática.

Na aldeia de Água Boa a professora Maria José Martins, que antes lecionava com a ajuda de intérprete, disse que a mudança de currículo e a contratação de professor índio nas escolas da reserva, já em fase experimental, está dando certo. "Os Maxacali são muito inteligentes e aprendem com facilidade", garante.